

VOUGA, François. La religion crucifiée. Essai sur la mort de Jésus. Paris: Labor et Fides. 2013. 192p. 22, 5 cm x 15 cm. ISBN 978-2-8309-1493-1

O A., teólogo protestante suíço, é professor na Kirchlichen Hochschule Wuppertal/Bethel na Alemanha e professor honorário na Université Laval de Québec, Canadá.

Paulo e os evangelhos proclamam, como boa nova libertadora e carregada de sentido para toda a humanidade, a confissão fundadora da fé cristã: “Cristo morreu por nós”. O A. pretende, em sua pesquisa, libertar tal expressão das interpretações sacrificais que lhe obscurecem o sentido. Em vez de mensagem emancipadora, elas alimentam, pelo contrário, a má consciência e a resignação dos fieis.

A finalidade desse livro consiste em reencontrar o sentido que as testemunhas da Páscoa deram à Sexta-feira Santa e sobre tal pensar a verdade do Cristianismo de maneira crível.

O livro encontra-se numa encruzilhada e assume nítida opção por um dos caminhos. De um lado, a significação central da cruz para a fé cristã é evidente. De outro, a teologia medieval e os catecismos da Reforma gravaram no coração dos fieis uma interpretação sacrificial do acontecimento da Sexta-feira Santa, como satisfação e como expiação que provoca certo mal-estar. O A. opta para dar a esse evento um significado libertador. Para tal, é necessário recuar ao essencial do evangelho, cuja verdade é libertadora, fazendo leitura crítica dos textos fundadores do Novo Testamento. Mas também cabe conhecer o processo da história da teologia ocidental que impregnou de conotação sacrificial tal compreensão.

A interpretação da morte de Jesus afeta a nossa compreensão de Deus e da existência, transmitidas pelo evangelho e depois pela mensagem da Igreja.

Três fatos da vida de Jesus rompem com a sacralidade religiosa da convivência, do sentido do templo e da morte. O primeiro manifesta-se nas refeições de Jesus com todo tipo de pessoa, não respeitando o código religioso e cultural judeu. Quanto ao templo, desloca o acento de lugar de sacrifício para lugar de oração para todos os povos. E a ressurreição modifica o sentido primeiro da morte de Jesus, como transgressor da ordem religiosa e social do seu tempo. Ela faz da morte de Cristo o fundamento

de uma reconciliação entre o reconhecimento incondicional de Deus e a busca humana de identidade e liberdade. Implica uma emancipação de cada pessoa humana, recriada livre e responsável. Significa a abolição das mediações necessárias da religião.

A interpretação sacrificial dá-se como recuperação política e religiosa. A história da interpretação da morte de Jesus, fim da religião, serviu precisamente de alavanca para uma recuperação da religião por meio de uma teologia e de uma instituição que, fundando-se numa interpretação sacrificial da Sexta-feira Santa e da Páscoa, se erigem como instituição de salvação.

O A. mostra a importância de Santo Inácio de Antioquia. A morte de Jesus se torna ideal de perfeição que convida os fiéis a imitar-lhe o sacrifício e os sofrimentos a fim encontrar aí a Deus. E a Igreja se apresenta como a instituição religiosa, mediadora do conhecimento de Deus e dispensadora da salvação pela repetição do sacrifício fundador. O sacrifício dá acesso a Deus e o sofrimento faz viver.

O objetivo do A. consiste em expor o caráter libertador da cruz. Mostra-se bem crítico a Santo Inácio de Antioquia por ter calcado a interpretação sacrificial da morte de Jesus, valorizando o sacrifício e o sofrimento. Tal visão marcou o imaginário religioso e dificultou a pregação e recepção do evangelho, segundo o qual a Sexta-feira Santa e a Páscoa são libertadoras. A tese básica do A. soa: a interpretação sacrificial e substitutiva da morte de Jesus, que conserva um lugar central nas liturgias e nos catecismos das Igrejas e que alguns consideram como verdade cristã, procede de um mal entendido. Daí resulta difícil para o Cristianismo explicar o sentido do acontecimento que o funda e também ele, em vez de anunciar um Evangelho, como uma força emancipadora e criadora de felicidade e liberdade, termina por ser um peso sobre os fiéis.

O A. conduz a argumentação em dois tempos. Começa com uma pesquisa histórica de como a interpretação sacrificial se instalou na tradição teológica ocidental apesar de Paulo e dos evangelhos. Para tal, estuda sobretudo santo Anselmo que, no final do século XII, lhe deu a forma elaborada. Na recepção de tal doutrina, o teólogo protestante estuda os dois grandes teólogos da Reforma – Lutero e Calvino – que se deixam influenciar por ela, embora não bata bem com a compreensão luterana da gratuidade do evangelho, da sua teologia da cruz e da apresentação calvinista dos ofícios de Cristo como Profeta, Rei e Sacrificador. Num toque de originalidade, trabalha a obra musical *Golgotha* (1945-1948) de Frank Martin, que, baseado numa interpretação protestante leiga e moderna dos evangelhos e de textos atribuídos a Santo Agostinho, parte da Paixão da Igreja para apresentar a significação existencial da morte de Jesus e de sua pertinência universal.

A segunda parte da pesquisa escava a significação e a interpelação da morte de Jesus no Novo Testamento. A afirmação central de que Jesus

morreu por nós constitui o fundamento da convicção e da fé dos cristãos. Significa que a condenação e a crucificação não constituem o fim, mas o começo de uma história. O “por nós” dá sentido à morte de Jesus que nos é um benefício e nos oferece uma transformação de que somos o destinatário.

Logo, no começo, apresenta pequeno panorama das várias interpretações da morte Jesus no Novo Testamento. O A. resume em quatro tipos de leituras.

1. O assassinato de Jesus resulta de um erro humano, de uma ignorância, de um cálculo político e de uma falta de compreensão. O ato salvífico de Deus reside no envio, na obra e na ressurreição do Salvador. Lucas apresenta a morte de Jesus como manifestação de extrema incredulidade da humanidade. A força salvífica de tal ato vem da ressurreição pela qual Deus se manifesta (Lucas, 1 Pd).

2. O dom, que o profeta faz de sua vida em face da morte, confirma sua palavra e é revelação de Deus. O evangelho de Mateus é o drama de uma controvérsia entre justiça e hipocrisia. Ao dar a vida em silêncio no meio das zombarias, Deus prova a verdade da palavra de Jesus pelos sinais apocalípticos que seguem a sua morte (Mateus, Apocalipse).

3. A morte de Jesus abre o caminho da liberdade, revelando a alteridade da transcendência e dando a possibilidade neste mundo de uma existência que este já não determina. João associa a morte de Jesus e o evento da Páscoa num só gesto que é o de sua elevação e de seu retorno ao Pai (João, epístola aos hebreus).

4. A mudança não transforma o olhar dos fieis sobre sua origem e destino, mas sua relação com eles mesmos: a cruz liberta o sujeito humano das forças que o dominam (Marcos, Paulo). Todos esses modelos implicam um apelo à mudança, à conversão ou o reconhecimento na confiança pela fé da mudança operada.

Depois o autor, em quatro capítulos, aprofunda o significado da cruz, da morte e ressurreição de Jesus. Em Paulo, como revelação de Deus e da pessoa humana. Em Mateus e João, como manifestação da verdade. Em Hebreus, 1 Pd e Apocalipse, como a simbólica do sangue. E finalmente, em Marcos, a salvação da alma pela revelação da gratuidade.

Termina desenvolvendo a morte de Jesus como revelação de Deus e de nós mesmos. Acentua o aspecto da morte de Jesus como revelação, como fundamento da secularização e como manifestação de um Deus laico, fundando uma Igreja laica.

A proposta do livro traz aspectos interessantes que criticam a tentação contínua de encerrar o Cristianismo dentro dos muros da religião com consequências negativas. Defende tese oposta, ao analisar a morte de Jesus, como dessacralização da visão sacrificial religiosa. Acentua a dimensão da Igreja, como povo de fieis.

Conclui o livro com a afirmação de que a grandeza do Cristianismo se funda na revelação da Cruz e não no poder da Igreja, nem na magnificência de suas cerimônias e aparatos. Prevalece a força da convicção e do compromisso diário dos fieis, daqueles que põem sua confiança incondicional no Pai celeste. O Evangelho não requer nenhum intermediário religioso para articular a presença de Deus na vida de seu povo. O povo leigo é ele mesmo a articulação da presença do espírito libertador do Salvador na sua criação por meio de sua ação cultural, social, profissional e política.

A posição radical de corte protestante traz elementos interessantes para a teologia católica repensar posições tradicionais em que os ritos religiosos terminam por aprisionar o espírito libertador da morte e ressurreição de Cristo. Vale a pena conferir o livro e debater com ele.

*João Batista Libanio, SJ*

TORREL, J.-P. *Résurrection de Jésus et résurrection des morts*. Foi, histoire et théologie. Paris : Cerf, 2012. ISBN978-2-204-09815-1.

O livro trata da relação entre a fé na ressurreição de Jesus e na ressurreição dos mortos, como bem o atesta o título. Trata-se de um texto proveniente de um curso dado pelo autor a seminaristas, professores de ciências da religião e catequistas. Por isso, o estilo é bastante didático, sem muitas notas. O autor, dominicano e um dos maiores especialistas em Santo Tomás, busca refletir sobre essa temática central da fé cristã, mas que aos poucos vai sendo substituída pela fé reencarnacionista nos países ocidentais. A obra está dividida em três partes, cujo conteúdo fundamental é o seguinte. Primeira parte: “Cristo ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras”. Trata-se, como se pode notar, de uma citação de um dos credos mais antigos do Novo Testamento. Nesta parte o autor analisa toda a base escriturística da fé na Ressurreição de Jesus. Começa apresentando os principais textos das confissões da fé pascal, dos vestígios culturais dos hinos cristológicos, das fórmulas querigmáticas dos Atos dos Apóstolos, dos relatos dos evangelhos e de outras cristofanias. Após esta apresentação, retoma o vocabulário fundamental da ressurreição presentes nesses textos, analisa a questão das aparições e a relação entre a ressurreição e a história. Na segunda parte, intitulada “Eles se perguntam o que ele entendia por ressuscitar dos mortos”, de Mc 9,10, aprofunda o significado da ressurreição de Jesus para nós. Para isso, retoma também as bases escriturísticas que ajudam a pensar essa questão, sobretudo as que se referem à ressurreição dos corpos. Uma terceira parte, intitulada “Questões Complementares”, propõe-se a pensar o significado de várias questões relacionadas à ressurreição: 1) em que momento acontecerá?, com a retomada dos debates contemporâneos que

defendem uma ressurreição na hora da morte em contraposição à tradicional crença na ressurreição “no último dia”; 2) relação entre ressurreição, metempsicose e reencarnação, com a definição de cada um dos dois últimos termos, para que o público ocidental possa ter um melhor conhecimento do significado desses termos; 3) a questão da cremação e como pensá-la à luz da ressurreição. Após a exposição de todos esses dados, o autor propõe, no final, um conjunto de textos importantes para se pensar a questão da ressurreição: o que diz o evangelho apócrifo de Tomé sobre a ressurreição; a leitura que Santo Tomás propõe sobre a fé que possui olhos (na Terceira parte da Suma, q. 55, art. 2); a história da concepção virginal e sua relação com a ressurreição de Jesus; a causalidade da ressurreição de Cristo (a partir da Terceira Parte, q. 56, art. 1 da Suma); apresentação do tema no Compêndio de teologia, de Santo Tomás; o tema da beatitude e sua relação com a ressurreição, tirado do Compêndio de Teologia, de Santo Tomás; a Constituição *Benedictus Deus*, de Bento XII (ano 1336); as ponderações da Congregação para a doutrina da fé, de 1979; o documento da Comissão teológica internacional de teologia, de 1992.

*Geraldo Luiz De Mori, SJ*

GEFFRÉ, C. *Le christianisme comme religion de l'Évangile*. Paris: Cerf, 2012. ISBN 978-2-204-09837-3.

O autor, grande representante da teologia do diálogo inter-religioso e da teologia hermenêutica, retoma nesta obra vários textos publicados nas últimas décadas em periódicos especializados. Como observa na apresentação, após um breve sobrevoo de seu percurso teológico, Geffré gostaria de oferecer ao público a continuidade de sua pesquisa sobre a singularidade do cristianismo como religião do Evangelho. No entanto, os problemas de visão o impedem de prosseguir em suas investigações. Por conselho de amigos, resolveu então fazer uma coletânea de textos já publicados, alguns remanejados, para evitar muitas repetições. Reúne assim 16 textos, ao redor de duas grandes partes: 1ª) A diferença cristã; 2ª) O cristianismo e o futuro da religião, às quais o editor acrescentou uma entrevista, de 2008, dada à revista *Lumière e Vie*, e a Bibliografia do autor, de 1955 a 2012. Segundo o autor, na Primeira Parte, os textos sublinham a “originalidade do religioso evangélico em relação ao religioso arcaico e sacrificial dos sistemas religiosos em geral” (p. 9). Retomando a tese que compreende o cristianismo como a religião da saída da religião, ele afirma que os cristãos não deixam de propor um religioso outro face ao pluralismo religioso e cultural de nosso tempo. Continuamos, diz ele, “a confessar Jesus Cristo como o único salvador do mundo. Mas, longe de toda tentação imperialista, não podemos confundir a universalidade do mistério do Cristo e a universalidade do cristianismo como religião histórica” (idem). Como religião da encarnação

do Verbo de Deus na história, o cristianismo é uma religião dialogal. Ele não pode pretender totalizar todas as riquezas de ordem religiosa da humanidade. O Evangelho tem uma vocação mundial. Ele pode se tornar o tesouro de todo ser humano e exercer ao mesmo tempo um julgamento crítico diante de toda religião ou cultura. Ele pode assumir e transformar as riquezas de uma cultura. Como religião do evangelho, ele pode entrar em síntese com os elementos positivos de outras culturas sem perder sua própria identidade. Por isso, o teólogo dominicano diz que não hesita em falar de uma “dupla pertença” religiosa, sem cair em contradição. Somos testemunhas de bons sincretismos, diz ele. A história da salvação é coextensiva à história universal do mundo. Então é preciso reconhecer que a revelação bíblica não tem o monopólio exclusivo da Palavra de Deus. As outras tradições religiosas podem ser portadoras de outras experiências reveladoras e de Escrituras sagradas. O conjunto dessa primeira parte é composto de oito capítulos assim intitulados: 1) Rumo a uma definição da religião; 2) O estatuto da verdade na idade do pluralismo religioso; 3) O futuro do cristianismo diante do desafio do pluralismo cultural e religioso; 4) Jesus Cristo único salvador do mundo; 5) O cristianismo como religião dialogal; 6) A dupla pertença como exigência da inculturação; 7) A Palavra de Deus na Bíblia e nas outras tradições religiosas; 8) A revelação cristã como mistério de palavra e silêncio. Na segunda parte, o autor reúne também oito textos que buscam pensar o futuro do cristianismo como religião do Evangelho na época da globalização e do humanismo secular. Segundo ele, “o cristianismo tem a afirmação mais radical de um pacto de amizade entre Deus e o ser humano. Em sua diferença com o Deus bem conhecido do teísmo filosófico e teológico, trata-se menos de onipotência do ser absoluto que de onipotência do amor que vai até o extremo de partilhar a fraqueza do sofrimento da condição humana até à morte” (p. 10). É possível por isso falar da “cumplicidade secreta entre o humanismo secular e o humanismo evangélico” (idem). O humanismo dos direitos humanos mostra a necessidade de exigências de justiça, mas ele precisa “ser fecundado e estimulado pelo humanismo evangélico no sentido do amor gratuito, do perdão e da memória das vítimas” (p. 11). Os capítulos que compõem esta segunda parte são assim intitulados: 9) A gratuidade de Deus; 10) O Deus de Jesus e os possíveis da história; 11) Jerusalém entre mito e realidade; 12) A emergência de um islã europeu testado pela modernidade; 13) O corpo como ícone da paixão de Deus e do ser humano; 14) Felicidade humana e radicalismo evangélico; 15) O enigma da morte; 16) O cristianismo no encontro da sabedoria chinesa. Para concluir, são apresentados ainda dois anexos muito importantes para os que se interessam pelo pensamento de Geffré: a entrevista na qual ele relê alguns aspectos de seu itinerário teológico, e a lista do conjunto dos textos que ele escreveu ao longo de sua vida teológica.

*Geraldo Luiz De Mori, SJ*

LATOUR, B. *Enquête sur les modes d'existence. Une anthropologie des modernes*. Paris : La découverte, 2012. ISBN : 978-2-7071-7347-8.

Bruno Latour, professor na Faculdade de Sciences Politique, de Paris, tem se interessado desde há muito tempo pela relação entre as ciências e as outras formas de cultura. Nesta obra, ele apresenta uma espécie de primeiro relatório de uma pesquisa iniciada há 25 anos, primeiro, de modo bastante solitário, mas nos últimos anos, recorrendo aos recursos da informática. Criou uma plataforma digital a partir da qual implicou outros pesquisadores. O livro em questão descreve em parte o método utilizado, que busca compreender o modo de existência dos “modernos”, ou seja, da humanidade que vai sendo forjada através da tecnologia e da ciência moderna. Seu interesse é descobrir o que vai sendo assimilado como valores múltiplos e contraditórios entre os modernos. Segundo ele, para isso, é necessário aceitar que existem vários regimes de verdade, vários tipos de razão, diferentes modos de existência, sobre os quais o pesquisador deve indicar com cuidado as condições de felicidade ou infelicidade. Pode-se então revisitar o coração de nossa vida coletiva, seja através das ciências, das técnicas, do direito, da religião, da política, da economia, colocando-se de modo distinto as seguintes questões: O que aconteceu conosco? O que podemos herdar? O que temos de próprio? O desafio não é pequeno no momento em que o mundo vive a crise ecológica, que obriga todas as sociedades a repensar o que elas têm de comum. Para responder a tais questões o autor criou um dispositivo que se apoia numa pesquisa coletiva e à qual o livro serve de introdução e de relatório provisório. Graça ao virtual os leitores podem participar à coleta de experiências múltiplas recolhidas pela pesquisa, antes de se tornar coprodutor das versões finais. Este exercício, do que o autor chama de “humanidades virtuais”, ele pretende renovar, com seus leitores, a antropologia filosófica dos modernos.

*Geraldo De Mori, SJ*